

REVISTA
DE
CULTURA
VISUAL

Memórias de um militar e prisioneiro em Goa (1961-62)

Ana Macedo

Resumo:

Um militar de carreira, nos inícios de 1961, parte de Castelo Branco para Goa (Pangim) em cumprimento de uma comissão de serviço de dois anos como capitão de cavalaria. O objetivo da comissão em que se integra é o de mobilizar o Paquistão para a defesa dos territórios portugueses na Índia, reivindicados pela União Indiana desde 1950.

Estas memórias são fruto da análise das dezenas de cartas que escreve ao pai durante o exercício da sua missão, bem como do diário que redige ao longo dos 5 meses em que é prisioneiro de guerra após a rendição das tropas portuguesas. Estamos certos de constituírem um contributo fiel e invulgar para a reconstituição do papel português em Goa após 450 anos de colonização.

Sem as distorções que a distância temporal normalmente acarreta, os registos feitos diretamente pelo próprio permitiram-nos o acesso espontâneo aos hábitos e modos de vida goeses bem como à *capacidade de adaptação do português* e respetivas manifestações de interculturalidade. Permitiram-nos ainda aceder ao relato pormenorizado da vida quotidiana e dos sentimentos dos prisioneiros de guerra portugueses em Goa durante os meses de cativo.

Perante o incumprimento das ordens de Salazar dirigidas ao governador Vassalo e Silva nos momentos que antecederam a invasão do território português na Índia – “Soldados vitoriosos ou mortos” – os ex-prisioneiros, regressados a Lisboa em maio de 1962, não foram, naturalmente ovacionados.

Palavras-chave: memórias militares e coloniais; cartas; diário; prisioneiro; Goa.

**Abstract:**

In the beginning of the year of 1961, a professional soldier leaves Castelo Branco (Portugal) in a two years military service to Pangim, Goa (India's region today) as a Cavalry Captain. The mission main goal is to persuade the neighbor Pakistan to defend the territory under Portuguese control, which is claimed by the Dominion of India since 1950.

Through dozens of letters sent by this Captain to his father during his military mission, and also from the diary he writes in 5 months of imprisonment in India after the Portuguese surrender, this compilation provides an unusual and historical memory to understand the role of Portugal in Goa region after 450 years of colonization.

On the one hand, the Goan customs and lifestyles and, on the other, the intercultural relations and the Portuguese capacity for adaptation, are faithfully represented by the soldier himself on his regular reports, without the typical linguistic misunderstandings that older documents usually contain. Besides, it is also possible to access, in a very detailed written, to the description of the war prisoners' daily routine and their feelings during those months in jail.

After the disrespect of the Prime Minister Salazar's order to the Governor Vassalo e Silva in the moments before the Indian invasion – “Victorious Soldiers or Dead Soldiers” –, the recently released prisoners go back to Lisbon in May 1962, waiting for everything but ovation.

Keywords: military and colonial memories; letters; diary; prisoner; Goa.

Introdução

“Memórias de um militar e prisioneiro em Goa” leva-nos ao encontro do fim do Império Português na Índia nos anos 60 do século passado, através dos escritos pessoais de um capitão de cavalaria, em comissão de serviço de dois anos.

O então capitão parte no início de 1961 para Pangim e, durante vários meses conta a sua passagem pela Índia num memorial composto por duas partes: uma componente epistolar em que se integram as dezenas de cartas que dirige ao pai, também ele um (ex)militar e, no ano seguinte, um diário improvisado onde anota o dia-a-dia dos meses de cativeiro que se seguiram à invasão.

A análise destes documentos, redigidos no teatro dos acontecimentos históricos em Goa, permite uma aproximação entre a História e os Estudos Culturais (Burke, 2005), numa especial atenção prestada às práticas do quotidiano.

A escrita da experiência pessoal, com a qualidade de abarcar o sentir íntimo e espontâneo frente às circunstâncias reais dos acontecimentos, dá-nos uma dimensão particularmente rica do conhecimento histórico através dos aspetos culturais do



comportamento humano. A identidade singular surge-nos assim como ferramenta metodológica para a desconstrução de uma verdade tantas vezes demasiado geral. Como nos diz Foucault (1979: 134), quando analisa os micropoderes que se exercem ao nível do quotidiano, "nada mudará a sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo e ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados".

É esta dimensão de verdade que aqui trazemos, a partir destes testemunhos que, guardados durante anos numa cave, foram agora trazidos à luz do dia pelo próprio filho que os fez chegar em primeira mão à Associação Arquivo dos Diários¹, de que somos membros, e a quem agradecemos desde já a total disponibilidade de uso para fins de investigação científica.

1. Contexto histórico e documental

A Índia Portuguesa na segunda metade do século XX era constituída pelos pequenos territórios na costa ocidental: Goa, Damão e Diu, e os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, próximos de Damão, sem acesso ao mar².

Com a retirada definitiva dos britânicos em 1947 formaram-se dois estados independentes: a União Indiana e o Paquistão. Consequentemente, também os territórios portugueses não passaram despercebidos e foram reivindicados pela União Indiana, levando a que Nehru, o primeiro-ministro indiano, solicitasse negociações a Portugal.

Salazar, embora consciente da sua indefensabilidade militar, sustentava nestes territórios o eixo oriental do Império e a imagem de Portugal "de Minho a Timor". Além do mais, a atitude de Portugal na Índia daria o tom da nossa posição em África. Com um efetivo de apenas 3.500 homens e um navio, almejava-se que a imagem pacifista de Nehru não fosse desacreditada diante de tão pequenos territórios.

É neste contexto que, nos inícios do ano de 1961, o protagonista³ deste estudo, natural de Castelo Branco, militar de carreira por tradição familiar e médico veterinário por Lisboa, parte para Goa em cumprimento de uma comissão de serviço de dois anos

¹A Associação Arquivo dos Diários (www.arquivodosdiarios.pt) é uma associação que se dedica à preservação de memórias autobiográficas fixadas em diários, cartas, gravações, fotografias, filmes, vídeos, que permita reconhecer histórias de vida. Criada em Portugal oficialmente em 2015, integra-se no contexto mais amplo de uma rede europeia de escritos autobiográficos e diários iniciada por Saverio Tutino em Itália (Pieve Santo Stefano, 1984).

²Ver estados e territórios federais da Índia em www.indiaportuguesa.com/a-iacutendia-portuguesa.html

³ Trata-se do autor de "Goa 1961-62", obra classificada em 2º lugar na 1ª edição do Concurso "Conta-nos e Conta Connosco" 2016, promovido pela Associação Arquivo dos Diários. As transcrições que fazemos neste estudo são a ela reportadas (retirado de <http://www.arquivodosdiarios.pt/diarios-em-arquivo/>).



integrado no objetivo de mobilizar o Paquistão para a defesa – pouco credível, aos olhos do mundo⁴ - da Índia Portuguesa.

No conjunto das 40 cartas que escreve ao pai (ex-militar em Cabo Verde durante a I Grande Guerra) entre 13 de janeiro e 17 de dezembro de 1961, a partir da capital, Pangim, onde fica estabelecido, Joaquim Salgado⁵ transmite-nos, de forma direta, uma riqueza infindável de informações e experiências vividas na altura e, por isso, capazes de contribuir para a reconstituição um dos temas mais importantes da nossa história recente.

Por sua vez, o diário, que redige fielmente entre esse mesmo dia 17 de dezembro de 1961 e o dia 21 de maio de 1962, enquanto prisioneiro de guerra em Alparqueiros⁶ – *Charlie Deteneus Camp*, ao longo dos cerca de cinco meses em que durou o cativeiro, completa, sem a distância temporal que tantas vezes distorce os acontecimentos, um relato pormenorizado da vida quotidiana e os sentimentos dos prisioneiros de guerra portugueses em Goa após a rendição. Assim, acedemos aos relatos espontâneos que descrevem múltiplas perspetivas e características desses meses de cativeiro: a alimentação, o alojamento, os trabalhos diários, a disciplina militar, as atividades e os tempos livres, a relação dos prisioneiros com os guardas indianos, a moral e os sentimentos dos presos (saúde, abandono, humilhação, ansiedade) o fomento de boatos, as tentativas de subversão, as pequenas cumplicidades, entre outras.

Este tipo de fontes – as cartas que escreve assiduamente ao pai relatando a sua estadia em Goa (bem como as suas deslocações a Damão, Diu, Anjediva ou ao Paquistão) e o diário de cativeiro (com indícios de pequenos códigos e alcunhas, não fossem os guardas indianos apreendê-lo) – possuem a mais-valia de terem sido produzidos na altura dos acontecimentos antes que o esquecimento, a transformação e a reconstituição facilmente atraiçõem a memória. Os registos que constituem a base deste texto são, por isso, uma base fiel para a reconstituição histórica do papel de Portugal em Goa, particularmente na última fase do período colonial, já que do *grandioso Império Índico* pouco nos restava, não sem que, no entanto, nele ficassem marcas profundas da

⁴ António de Oliveira Salazar contava com a mobilização internacional, nomeadamente da Grã-Bretanha e da China (então em conflito com a Índia), o que se não verificou, e estava ainda convencido de que Nehru (que havia proposto, nos anos 50, negociações com Salazar, não aceites) não queria manchar a sua imagem de pacifista. Era então Ministro do Ultramar Adriano Moreira (1961-62) e Governador do Estado da Índia Vassalo e Silva. A guerra durou pouco mais de 1 dia (de 18 a 19 de dezembro de 1962) opondo 3.500 militares portugueses deficientemente preparados e sem meios bélicos suficientes (apenas espingardas antigas e raras metralhadoras, sem defesa antiaérea nem aviação) contra 40.000 soldados indianos com armas automáticas de vários tipos, aviação e marinha, que invadem o território.

⁵ Nome fictício, com o objetivo de respeitar a identidade do autor, entretanto já falecido.

⁶ Após a capitulação militar portuguesa, cerca de 4.500 indivíduos (entre soldados, marinheiros, guardas-fiscais, guardas rurais e alguns civis) são distribuídos por 4 campos de prisioneiros (Moço, 2012): o Campo de Alparqueiros - *Charlie Deteneus Camp*; O Campo de Pondá – *Alfa Deteneus Camp*; O Campo de Pondá II – *Alfa II Deteneus Camp*; O Campo da Aguada - *Bravo Deteneus Camp*.



presença portuguesa. Como nos diz Sanjay Subrahmanyam (2016: s/p), um dos grandes historiadores indianos e um especialista sobre a presença portuguesa na Índia,

A grande presença dos portugueses na Índia é nos séculos XVI e XVII. A partir de 1700 a presença é muito limitada, os portugueses controlam essencialmente Goa, Damão e Diu e pouco mais e sobretudo Goa. Muita gente na Índia pensa, aliás, nos portugueses relacionando-os com Goa. Mas há um impacto mais complexo e subterrâneo, uma presença mais antiga, com influência na religião, na vida quotidiana, na cozinha, em certos costumes, na vida cultural da Índia.

2. As cartas ao pai

Na primeira das quarenta cartas que escreve para Idanha-a-Nova ao pai, a 13 de janeiro de 1961, Joaquim Salgado descreve a viagem de avião desde o aeroporto da Portela, em Lisboa, rumo a leste: Elvas, Badajoz, Valência, Maiorca e Malta, local onde, em plena atmosfera mediterrânica, aterram temporariamente após cerca de 7 horas de voo. Continuam depois, por mais 6 horas, rumo a Beirute, no Líbano, onde fazem outra escala, num “valente aeroporto internacional” (com negros, indianos, marroquinos) como descreve. Seguidamente, novo voo de uma hora até Damasco, na Síria, e outras cinco até ao aeroporto do Bahrein, no Golfo Pérsico, desta vez num “aeroporto fraco”. Por fim, a aterragem em Dabolim, em Goa, o destino pretendido. De Dabolim à capital, Pangim, distanciam-se os derradeiros 45 Km, agora por via terrestre.

Como primeira nota de chegada, refere que a hora avança 5h30m em relação à metrópole, marcando assim um registo próprio da sua condição de militar – o tempo e espaço.

2.1. A chegada e a acomodação em Pangim

Pangim (Nova Goa)⁷ é-nos descrita como uma cidade velha: casas mal pintadas, janelas sem vidros, tudo escavado pela monção. As pessoas vestidas de forma muito variada e estranha: “uns à europeia, outros com as nádegas à mostra (...) malta negra, escura, clara, quase branca, mas tudo tostado pelo sol; mulheres à europeia ou de sari, (...) tudo malta muito sorna e molengona (...) não trabalham”. A paisagem, essa, rica em árvores e de “boas madeiras”, citando nominalmente os espécimes: palmeiras, coqueiros, bananeiras, mangueiras, caju, arbustos. A agricultura, pobre: “campos de

⁷ Segundo Seabra (1962: 162) a cidade de Goa inclui 3 lugares: Goa Velha (florescente até meados do século XV, pouco antes da chegada de Vasco da Gama à Índia), Velha Goa (a que os portugueses encontraram e ampliaram) e Nova Goa (ou Pangim, com sinais de progresso mais recente).



arroz, beringelas, pepinos grandes; tomates e nabos pequenos” e a rega rudimentar, feita com “jarros de cobre que carregam à cabeça (...) não há hortaliça”. Mas há fruta: bananas, mangas, papaias e óleo de coco que serve para tudo – desde fritar, lubrificar, para o cabelo, para o corpo, relata-nos Joaquim Salgado acentuando um deslumbramento pela diversidade do território.

Instalado na messe de oficiais, situada num cabeço, o “Altinho”, a 2 km do centro de Pangim, Joaquim Salgado tem as rotinas estabelecidas: logo de manhã o serviço no canil da polícia, depois o almoço, a sesta, o serviço no Quartel-general, as saídas à cidade ao fim da tarde. Estas saídas eram, certamente, a parte mais agradável da estadia: “às sete, oito, vai-se à cidade conversar, beber whisky, cerveja, chá ou café gelado”, expressando também a vontade socializadora de se integrar em Pangim onde, informa-nos, já valem os escudos “mas esta malta ainda trabalha com rupias, tanjas e poiçás”⁸.

Três vezes por semana, as saídas e as visitas eram mais alargadas: a inspeção de géneros nos depósitos do porto de Mormugão e nas Unidades, a inspeção dos cães nos postos da polícia, as viagens a Canácona⁹ (Figura 1). Ou então as deslocações pelas ruas inteiras de comércio em Margão, pelos caminhos de transporte do minério do interior para os embarcadouros nos rios Mandovi e Zuari, pelas indústrias da seca da cavala, do enlatamento da castanha de caju, dos tecidos estampados, das caixas de fósforos, pelos campos de arroz, manifestando sempre uma vontade descritiva de nada deixar de fora.

⁸ A unidade monetária, a rupia, equivalia a 16 tangas, 1 tanga a 2 poiçás e 1 poiçá a 3 reis.

⁹ Município na extremidade meridional de Goa Sul, zona de terras baixas cobertas por bosques de coqueiros, incorporada em Goa em 1794.



Figura 1. Préstito em Canácona (Goa): postal ilustrado¹⁰

“Tudo cheira a Índia”, expressa-nos Joaquim Salgado num arremedo literário, enquanto se queixa dos saltos e balanços pelas estradas com buracos e da constante poeira vermelha que envolve o jipe também ele marcado pelas balas da guerra de 1954-55¹¹. O caminho leva-o ao encontro de um mundo novo: macacos na estrada e esquilos nas árvores; javalis, tigres, leopardos, onças, macacos, búfalos “com cornos grandes que chegam a meio do corpo” nas florestas cerradas; jacarés e lacraus “que chegam a ter 20 cm”, a cobra-capelo, a formiga-branca, aranhas, abelhas grandes, baratas voadoras, borboletas “muito bonitas”; búfalos e zebús “cuja carne, de vaca, o hindu não come”, que lavram e puxam carros; porcos com o focinho comprido e afiado e barrigas quase a alastrar pelo chão; muitas galinhas, gralhas e cães “aos pontapés”. A propósito da alimentação animal, dá-nos uma curiosa sequência panorâmica da relação desta com a diversidade cultural e religiosa que encontra:

O mouro não toca no porco e o hindu não toca em carne nem vasilha de vaca – o mouro compra a vaca ao hindu, mas tem que ser ele a abater a vaca no matadouro; o hindu compra porco ao mouro mas tem de ser o hindu a abater o porco.

¹⁰ Imagem cedida pelo filho do autor dos manuscritos depositados no Arquivo dos Diários.

¹¹ Trata-se da invasão dos territórios/enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli administrados pelo governador português, mas que depois que a Índia obteve a independência foram ocupados pelo governo da União Indiana, após as parcas forças militares portuguesas serem vencidas.



Confrontado com os problemas das suas lides quotidianas de inspeção, ao serviço da Câmara, no matadouro que fica “a dez quilómetros para o lado de Velha Goa” Joaquim Salgado desabafa, mostrando que rapidamente se inteira dos costumes locais:

A faca que serve para inspecionar vacas não pode servir no porco. A dos porcos não pode servir nas cabras. Se eu faço a inspeção dos porcos e vou depois inspecionar as cabras, os hindus e os mouros refilam. Se vou das vacas para as cabras, refilam os hindus. No sítio onde se matam vacas não se pode matar porcos nem cabras. No sítio onde se matam cabras não se pode matar porcos.

E acrescenta, rematando com o enfado próprio de um europeu colonial: “só na Índia há disto”!

Mas as situações que Joaquim enfrenta nos matadouros extravasam esta tensão provocada pelas diferentes religiões e manifestam-se naturalmente nos costumes e tradições culturais:

Estes arés não lavam os balcões, paredes, soalhos nem balanças e fica a carne sempre agarrada por todo o lado. Desmancham a carne no chão ou em cima de umas esteiras imundas. Cães e gatos dentro dos talhos (...) uma nojeira. Se for fazer o serviço da Câmara não posso aceitar esta porcaria.

Inicialmente hesitante em assumir o serviço proposto pelo Presidente da Câmara, acaba por aceitar, na convicção de que, como militar e europeu, importaria uma certa organização e disciplina: “já consegui alguma coisa: pelo menos lavam o chão e já raspam a ferrugem maior das balanças, já usam aventais e toucas brancas”. Mas a situação é difícil de vencer:

Os fornecedores matam as reses quando querem e vendem-nas quando lhes dá na gana... fiscalização do leite não se faz (...) no mercado há três talhos de carne de porco, mas só um era inspecionado, porque nos outros dois a carne vendida era inspecionada por um médico duma aldeia perto, aré e amigo deste fabiano e precisava de lhe dar uns dinheiros a ganhar.

Pouco depois e por achar que “os tipos da Câmara andavam a brincar comigo” continuando a autorizar “confusões”, acaba por desistir do serviço em acumulação, justificando-se: “deixei de ganhar aquele dinheiro, mas paciência, cabeça sempre direita!”

Joaquim Salgado vai relatando ao pai as várias dificuldades que enfrenta. Entre estas, a de se adaptar ao clima, que descreve como tendo grandes variações térmicas (“32º à sombra de dia e 20º à noite, no inverno”), muito calor (“sua-se em bica”) e humidade (“chega a atingir os 90% e mais”); entre junho e setembro na monção, a chuva imensa e os ventos ciclónicos, que isolam povoações, “escavando tudo”, tornam problemáticas



as ligações de barco e avião. Mas a chuva, contrapõe-nos, tem uma coisa boa: “é antiterrorista”.

“O clima amolece e desgasta”, mas não é só. Joaquim Salgado também não se sente confortável com a alimentação: “é tudo à base de lataria, arroz, massa, óleos e temperos que às vezes só o cheiro provoca náuseas (...) a carne, de búfalo e de zebú, continua dura como pedra, o caril muito picante (...)”. Lamenta-se da falta de verduras e o organismo estranha: “mal dos intestinos”, “mal do fígado”, “barriga inchada”. Vale a chegada do “Índia” que, quando vindo da metrópole, traz batata e bacalhau, chocos e polvos, bebidas e cigarros, o que desencadeia uma grande alegria. Esporadicamente surge um bom almoço: “sardinha assada vinda da metrópole no frigorífico de avião (descongelada ao sol) com batatas, sopinha de pão com tomate, hortelã e loureiro... uma delícia!”, confidencia com regalo e nostalgia da pátria.

2.2. A vida em Goa

Joaquim Salgado é um observador atento da vida quotidiana em Goa. Em setembro/outubro, descreve-nos, a ceifa e a debulha do arroz – com destaque nas grandes planícies de Mapuçá e Satari, a norte de Goa – ocupa imensa gente. Descreve-nos como as pessoas se alinham umas atrás das outras em grandes extensões para transportar os sacos do arroz à cabeça:

Vêm-se grandes filas de mulheres com umas foices diferentes das nossas, mais pequenas e mais redondas (...). Fazem as eiras em qualquer lado, às vezes nas bermas das estradas a aproveitarem o alcatroado. A debulha é a bater com os molhes num ripado, parece uma mesa, e o grão cai nuns panais (...). Fazem a carrega da ceifa até à eira e depois levam os sacos da eira até casa à cabeça, tanto as mulheres como os homens. Em certas zonas fazem filas aí de mais de cem uns atrás dos outros.

Relativamente à complexidade das castas, cujo conceito, distinções e traços culturais fixou Weber (1958), Joaquim observa que a vida está toda organizada a partir delas. Numa das cartas que escreve ao pai, descreve-nos a hierarquia das castas da seguinte maneira: os “batcarás”, que possuem as terras e as dão a trabalhar ficando com a maior parte da colheita; os “manducares” (espécie de rendeiros), que podem ser “corubins”, “begarins” e “gaurós” e, abaixo, os “gaurós” e os “sudras” (funções manuais). Fala-nos ainda dos “brâmanes” (casta sacerdotal, no topo), dos “farages” (carpinteiros, sapateiros), dos “intocáveis” e dos “fora de casta ou meia casta”. Estes últimos, explica, aparecem sempre que alguém de uma casta alta casa com outrem de uma casta mais baixa, o que faz com que saia de onde estava, mas não entre na casta inferior.



“Isto é uma trapalhada” desabafa, acrescentando que há ainda os brancos europeus (portugueses e estrangeiros) que “não chegam a duzentos” e são das brigadas técnicas agrícolas e das obras, empregados dos correios, fazenda, bancos e do Governo Geral; os canecos (filhos de europeu e mulher aré ou vice-versa), os goeses arés, os mouros, os hindus e, finalmente, os da União Indiana.

Também na religião nos descreve a variedade: cristãos, mouros, hindus e pársis. Mas é nos hindus que mais se detém, dizendo que, dentro destes cada um adora o seu deus, caso de Maroti, deus da amizade, com rabo de macaco ou o Gandesh, o deus da abundância e das colheitas, com tromba de elefante. Descreve, com pormenor, o dia da festa deste, a que assistiu, e que compara ao Natal e ao Menino Jesus. Nesse dia, quase todas as famílias compram um Ganesh de barro bem pintado, que colocam num altar preparado na casa com luzes e enfeites, “tipo presépio” como descreve. À volta da imagem colocam arroz, pepinos, quiabos, bolos e doces. Pela meia-noite chegam camionetas para levar os deuses enfeitados com fios de ouro que cada família retira da sua casa, e distribuem entre todos bolos, doces e presentes. A multidão segue atrás das camionetas – a cantar, a bater palmas, a tocar campainhas e pratos e com fogo de artifício – em direção ao rio. Uma vez chegados, são retirados os deuses e colocados num barco, alinhados, sendo-lhes retirados os fios de ouro. Juntam-se as pessoas e, no meio do rio, fazem uma encenação com gestos, gritos (“Moriá! Moriá!”¹²), água, cocos partidos. No final os Ganeshes são lançados ao rio e todos regressam a casa com grande satisfação e ruído. Fala-nos ainda do deus Divali, evocativo do Ano Novo, concluindo que “têm deuses e santos com fartura” e que “gostam disso”. Do ponto de vista valorativo, considera que os hindus “não são maus, o que querem é que os tratem bem”, mas ressalta que a gente das cidades “é malta mais perigosa, com ambições, armados em intelectuais que querem ser os donos disto e serem eles a ganhar e a mandar”, o que o leva a supor ser a razão pela qual a gente das aldeias é “muito escaldada e desconfiada”.

2.3. A visita a Damão e Diu

A residir em Goa, Joaquim desloca-se, em serviço, nos últimos onze dias de maio de 1961, às praças do Norte: Damão e Diu. Parte de barco, em viagem de três dias, regressando de avião.

¹² “Viva! Viva!”



À medida que reflete, fala-nos do que sente por aquelas terras onde, afirma, “os velhos portugueses andaram em 1500” e que “vale a pena conhecer”, mas que encontra pobres, com “miséria e dificuldades de toda a espécie”.

Sobre Diu, que descreve como “uma ilha com uma fortaleza muito antiga” conta-nos que há mouros, pársis e hindus, poucos cristãos e que há templos onde não é permitido entrar. As pessoas são simpáticas, limpas, as mulheres usam saris de cores vivas e bonitas e, conclui, “é tudo gente mais dada que em Goa”. Exemplifica com as festas dos casamentos que duram oito dias onde se toca, dança, faz cortejos, se come e bebe continuamente até que, e só no final, os noivos se conhecem e casam.

De Diu desloca-se no navio de guerra “Afonso de Albuquerque”, para Damão, dividido em dois pelo rio Sandalcalo: Damão pequeno e Damão grande. Desta vez expressa que não gostou tanto, que é tudo muito pobre, menos povoado, que as mulheres usam uns saris escuros e sujos, apesar de já reconhecer culturas de batata e hortas.

Creemos que estas impressões, ainda que vagas e mais dispersas, omitem a finalidade de serviço da sua deslocação, eventualmente classificada por determinação militar, razão que poderá explicar as poucas palavras, a que não será alheia, certamente, a falta de disponibilidade.

2.4. A ilha de Angediva¹³

Joaquim Salgado desloca-se também no “Afonso de Albuquerque” a 28 de setembro do ano de 61, à ilha de Angediva¹⁴, a cerca de dois quilómetros da costa, com o objetivo de fazer a rendição da guarnição da ilha que estava isolada há quatro meses e meio, devido à monção.

Percorrendo-a a pé, pelo meio da vasta selva de coqueiros e palmeiras, só com calção de banho e sapatos, diz-nos que viu tudo e “foi um dia bem passado”. Fala-nos das muralhas antigas, das lápides, de sepulturas do século XVIII, de igrejas e capelas e de ruínas.

Joaquim Salgado descreve-nos a diligência militar que então povoava a ilha: “um oficial, dois sargentos, vinte militares e um posto de rádio”, e também de um cabo aré, reformado, “uma espécie de regedor e guarda da ilha” que lá vivia com a mulher, constituindo então o escasso povoamento de Angediva. Esta, no entanto, outrora, teria

¹³ A ilha de Angediva é uma pequena ilha costeira do Mar Árábico, com 1,5 km² de área, sem população residente, tendo feito parte do Estado Português da Índia desde a viagem de Vasco da Gama em 1498 até 1961; situada a sul de Goa, encontra-se atualmente ligada ao continente por um quebra-mar.

¹⁴ Ver Forte da Ilha de Angediva em https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_da_Índia



sido dinâmica, com as pescarias e o fabrico feminino de luvas que os homens transportavam de barco para vender no Karwar e no Japão (Seabra, 1962: 152).

“Para lá se viver era um frete dos grandes” desabafa Joaquim Salgado que, por outro lado, enaltece a beleza da paisagem tropical e alude à base naval e ao porto do Karwar que avista desde a ilha. Mas a quebrar o isolamento só mesmo então os pescadores da União Indiana que se deslocavam aí para pescar e abastecer a pequena povoação.

2.5. A visita ao Paquistão

A 31 de outubro de 1961 parte para o Paquistão, integrado numa missão oficial de cerca de duas semanas, num avião da TAIP¹⁵, com o objetivo de adquirir cavalos para a defesa dos territórios portugueses.

Após três horas e meia de voo, aterram no aeroporto da grande cidade de Karachi onde a embaixada de Portugal e o Ministério de Defesa e da Agricultura do Paquistão, os recebe calorosamente. Poucos dias depois rumam a Norte para Lahore, Montgomery, Mona e Pindi, regressando, no final, de novo a Karachi por mais quatro dias.

No Norte, confessa, sentiu frio e viu neve. Mas é acerca do povo paquistanês e da cidade de Karachi que Joaquim Salgado nos deixa as suas maiores impressões, não se inibindo mesmo de ensaiar umas breves caracterizações etnográficas ao estilo da época.

Descreve-nos o Paquistão como um país jovem, “com 14 anos de existência”, em franco progresso e muita força de construção: “não vivem a falar na história e no passado como nós, no Infante e no Afonso Henriques”. Gente simpática, afável e acolhedora. A pele escura, “tipo mouro”, mas “mais claros, mais fortes e melhor constituídos que os indianos”. A língua é o urdu, embora seja corrente falar-se o inglês, e a religião muçulmana. Não comem carne de porco, não bebem vinho nem álcool. “É outra gente”, diz-nos Joaquim, enquanto afirma que os paquistaneses “não gramam os hindus nem o Nehru”, estando antes do lado dos portugueses “de alma e coração”, embora, saliente que “na ONU votam contra nós, como os brasileiros”.

Descreve a visita ao Quartel do *President's Body Guard* como um “espetáculo que enche a vista”: soldados, sargentos e oficiais vestidos com calças brancas justas às pernas, casacos até aos joelhos, encarnados, com botões dourados, talabartes brancos e um turbante na cabeça, a galope em belos cavalos tipo inglês, fazendo demonstrações

¹⁵ Transportes Aéreos da Índia Portuguesa - linha aérea que operou a partir do Estado Português da Índia entre 1955 e 1961, permitindo a Portugal as ligações aéreas com Goa, Damão e Diu, sem necessidade de qualquer uso de infraestruturas da União Indiana, que havia decretado o bloqueio.



de hipismo e lançamento ao alvo de lanças decoradas da cor dos uniformes. Uma herança colonial britânica, diremos nós.

Visita também a *Military Farm*, uma granja do exército, perto de Karachi, onde se criam vacas para abastecer o Exército de leite e carne e se produzem forragens com sistema de irrigação a partir do rio a quilómetros de distância. A cidade de Karachi é, como nos diz, “uma cidade de deserto”, mas tem porto de mar, ruas largas, boas vivendas e “perto de três milhões de habitantes”. Relata-nos uma grande confusão de trânsito nas ruas¹⁶ (Figura 4): carros, lambretas com assentos atrás e capotas pintadas, imensas charretes puxadas a cavalo, “mas no fim bate tudo certo”, conclui.

2.6. Os “mistérios do Oriente”

“Por cá há muitos mistérios [...] são os mistérios do Oriente”, desabafa Joaquim Salgado ao pai, quando se sente mais inquieto e inseguro:

Aqui anda tudo sossegado por enquanto, mas estes tipos não são de fiar (...). Isto é malta misteriosa (...). Aqui esta gente sabe muito. E malta muito especial, sorrisos na frente, punhaladas por trás se lhes convier. São cobardes por índole. (...) São uma tropa fandanga, agarrados aos seus interesses, habituados a fazer o que querem e lhes apetece. É uma zaragata uns com os outros por invejas e ódios (...). Mesmo à paisana quando se sai à tarde ou à noite, leva-se a pistola disfarçadamente.

Cauteloso, porém, diz não querer ser mais explícito sobre este assunto pois “não se deve escrever muito nas cartas”, e deixa a promessa, “um dia com vagar, sentados à lareira aí em casa a comer uma chouriça falaremos sobre isto”.

Sobre a guerra do Ultramar, que vive não só presencialmente em Goa, mas que acompanha no geral pelas informações que lhe chegam dos outros territórios, admite que chega a preferir a guerra aberta, de ação, como em Angola do que a guerra de nervos e psicológica que “arrasa o sistema nervoso”. E afirma: “neste aspeto, a Índia deve ser a coisa pior do nosso Ultramar”.

2.7. A saúde, a família e os afetos

As cartas são um importante testemunho documental das relações familiares dos combatentes, dos seus afetos, dos modos de relacionamento conjugal e filial com a

¹⁶ Ver Karachi-Zaibunissa – 1960 em <http://newslinemagazine.com/history-photos-karachi-streets/>



família, as prioridades, os valores, os recalcimentos, enfim, a condição existencial do modo como se lidava com o presente ausente e um futuro imponderável. Por um lado, a enorme distância à terra natal, à família e aos amigos, por outro a proximidade a um mundo estranho, cujo processo de adaptação não é fácil.

Joaquim Salgado confessa que, quando chegou, sentiu logo uma perturbação no funcionamento do sistema nervoso e no sistema digestivo. A falta de verduras, de hortaliças, é a justificação que aponta. No entanto também o facto de ter vindo pouco tempo após o choque do falecimento do segundo filho, um rapaz com cinco anos e outro ainda em gestação, a despedida, a incompreensão da mulher (Maria da Graça)¹⁷ que deixou abalada, bem como ainda os alertas durante os ataques dos terroristas, o estado de alarme e de tensão permanente, contribuem especialmente para uns três primeiros meses mais difíceis. Fez vários exames médicos, mas, na verdade, apenas os brônquios acusavam excesso de tabaco.

Quando partiu para a Índia, com quase 39 anos de idade, deixou a mãe e o pai na sua terra natal em Castelo Branco e é a este último que confia a partilha assídua da nova realidade político-militar, bem como os seus desafios de adaptação, os desabafos e sentimentos, afirmando-lhe: “o pai sabe compreender estas coisas, também já andou por fora”. Ambos se correspondem em cartas do Movimento Nacional Feminino, sem custos, que são transportadas nos aviões portugueses da TAP ou da TAIP, de quinze em quinze dias. Pelo que nos apercebemos, Joaquim Salgado também se corresponde com a mulher, mas não a vê capaz de entender os seus reptos e sentimentos. É com o pai, eleito confidente, que desabafa em vários momentos:

A [Graça] escreveu a queixar-se que anda a passar mal e muito pesada” [...] Diz andar mal do fígado e sente-se muito isolada e sem distrações e passatempos. (...) Lá continua com a ideia de vir para aqui. E que se eu não a mando vir é porque não a aprecio. Resumindo, pateticos e minhocas e parvoíces que lhe meteram na cabeça enquanto foi nova. Não sabe aceitar a vida como é, com as suas dificuldades. (...) A [Graça] é boa rapariga, mas isto nos tempos que correm não chega. A vida exige um pouco mais do que ser boa pessoa.

Isso não o impede, no entanto, de afirmar a certa altura:

Por aqui, do que tenho observado das mulheres dos camaradas, tenho que chegar à conclusão que a [Graça] com os seus defeitos vale mais do que as que aqui estão. Os defeitos dela, comparados com os desta malta são autênticas virtudes. Mas isto não se pode dizer a ela senão é capaz de se convencer.

Ciente de que a gestação do terceiro filho está a chegar ao momento derradeiro, manda um caixote com encomendas e é por telegrama do pai a 18 de abril de 1961 que é

¹⁷ Nome fictício.



informado do nascimento: “tudo correra normalmente e mãe e filho se encontram bem”. E surgem naturalmente as preocupações e as perguntas ao pai:

Em que dia e a que hora nasceu o menino? Foi na noite de Sexta para Sábado, ou de Sábado para Domingo? Quem foi fazer o registo da criança? Foi o pai e o meu sogro? Que nome puseram? Ficou tudo bem escrito na cédula? Já pagaram à parteira?

Sabendo pela mulher que tem tido muitas visitas, não deixa de comentar: “Isso é que ela gosta!”. Segue-se o batizado de José Maria¹⁸ a 28 de maio, do qual sabe, pelo pai, que tudo foi simples e em família. E responde, escudado em *slogan* patriótico: “Não estamos em tempo de festas. A época é de sacrifícios e dificuldades para nós portugueses. Os pequenos devem começar a preparar-se para a vida”.

Com o nascimento do filho mais novo e à medida que se aproxima o final do ano, Joaquim Salgado sente-se mais preocupado com os seus: “O que quero é meses passados, já pouco falta para fazer um ano que daí saí”. Na verdade, a situação de incerteza face à atuação do inimigo torna-se psicologicamente desgastante, “uma guerra de nervos” como chega a designar. O dia 15 de agosto, dia da Independência da União Indiana foi temido. Mas é em dezembro, quando se sentem cercados pelas melhores tropas de Nehru, que Joaquim Salgado, em tom testamentário, pede ao pai

o favor de ir dando moral à [Maria da Graça] e que ela olhe pelos pequenos e não ande a chorar junto deles (...). O pai não alarme a mãe, pois já estive em Cabo Verde na Primeira Guerra, embora a situação não fosse a mesma. Já viu como é e, como militar, sabe encarar estas coisas como deve ser (...). Como a mãe faz anos a 22, desejo-lhe que os passe com saúde e que conte muitos. Oxalá passem o Natal com saúde. Eu cá passarei conforme puder. Pai ampare a [Graça] e os pequenos no que puder.

Entretanto apercebemo-nos também que Joaquim gosta de organizar álbuns das fotografias que vai tirando ao longo dos seus percursos por forma a registar e trazer recordações de outras terras, povos, usos e costumes. Em jeito de afeto envia, de longe a longe, através da rota do “Índia”, fotografias que tira, juntamente com uma ou outra encomenda para a mulher, uma almofada de seda para a mãe, sementes de abóbora, rábanos, melão, pateca, quiabos, patolas, feijão-chicote, pimenta, chuchu, para o pai ver se “pegam aí”, bem como um mapa da Índia “para ver por onde vou andando”. Embora mostre apreciar o contacto com toda esta variedade e formas de estar, Joaquim Salgado não deixa, porém de sentir manifesto desalento e saudade, o que vai indiretamente denunciando através de expressões como “estou farto da Índia” ou “isto

¹⁸ Nome fictício.



por aqui está sossegado e eu estou farto disto”; ou ainda: “aqui anda-se como os soldados aí na Metrópole a contar os dias de passar à peluda¹⁹”.

2.8. A situação militar e política

À medida que se vai desenvolvendo a epistolografia, releva-se o crescendo de tensão e de ameaça que paira sobre as possessões coloniais portuguesas na Índia. Constata-se o aumento indisfarçável de inquietação nas suas missivas e vão surgindo cada vez mais evidentes os eventos bélicos e os receios. Como refere,

Esta gente prefere atacar às escondidas e usa outros métodos: pôr umas bombas na estrada, etc... são gente pouco dada a violências por índole e feitio próprio (...). Aqui pai, a intriga, a inveja, a má-fé, a hipocrisia são o pão nosso de cada dia. A sabujice e o lamber de botas é o que mais se vê.

Os meios de comunicação não são fiáveis e a verdade é que, à medida que se aproxima o final do ano, a situação agita-se mais: milhares de tropas na fronteira, navios-patrolha na costa, aviões a violar o espaço aéreo, incluindo em Damão e Diu. Como refere, “os terroristas estão em plena atividade” e espalha-se a confusão e o medo: lançam-se granadas de mão, explodem bombas, destroem-se pontes, evacuam-se mulheres, crianças e velhos, pelos aviões, via Karachi, ou pelo “Índia”. “Em caso de ataque inimigo com as forças do Exército e da Marinha”, escreve o capitão de cavalaria, “é tudo contra nós” e explica:

Eles têm cerca de 40 a 50 mil homens na fronteira entre Exército e Polícia, sem contar com os terroristas (...). Eles estão bem armados, têm carros blindados, artilharia, etc. Têm aviação a apoiá-los, navios de guerra com cruzadores, porta-aviões, bom material, pessoal treinado. Nós, para nos opor a isto, temos três mil homens do Exército, mais uns mil polícias e guardas-fiscais, mais autometralhadoras dos velhos tempos, duas baterias de artilharia, metralhadoras, uns morteiros e munições com a monção em cima delas. Temos o navio de guerra “Afonso de Albuquerque” e três patrulheiros. Eles estão em casa. Nós estamos longe e reforços só os poderemos receber quando?²⁰

Face às tropas indianas bem organizadas e experientes, afinal o que oferecem em contrapartida os militares portugueses? Joaquim Salgado não hesita: “Coragem e moral para dar e vender” e acrescenta, convicto, enunciando: “é pena nós portugueses sermos tão poucos e agarrados a ideias ultrapassadas, se fossemos muitos e com outras ideias, dávamos cartas ao mundo”. Em suma, o nosso militar, sem ceder no patriotismo,

¹⁹ Na vida militar “passar à peluda” significa passar à disponibilidade.

²⁰ Ver NRP Afonso de Albuquerque (1935-1961) em https://pt.wikipedia.org/wiki/NRP_Afonso_de_Albuquerque



reconhecia e denunciava espontânea e voluntariamente a precariedade e o artifício do conceito de um Portugal pluricontinental do “Minho a Timor”, imposto pelo Estado Novo. Restava, na opinião premonitória deste nosso capitão, a esperança em que os responsáveis portugueses não se decidissem pela luta pois, nesse caso, assegura, “perder-se-ão vidas, haveres e prestígio, tudo inutilmente”. Joaquim tem a consciência clara de que, aguardando o ataque “dos rapazes do Nehru” a todo o momento, vão perder a guerra frente a um inimigo “bem armado e superior em número, uns pares de vezes”.

Face à decisão que Salazar expressa na mensagem que envia a 14 de dezembro de 1961 ao Governador de Goa Vassalo e Silva,

É horrível pensar que isso pode significar o sacrifício total, mas recomendo e espero que esse sacrifício seja a única forma de nos mantermos à altura das nossas tradições e prestarmos um serviço ao futuro da Nação. Não prevejo a possibilidade de tréguas nem prisioneiros portugueses, como não haverá navios rendidos, pois sinto que apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos.

Joaquim Salgado não desarma e mantém a sua postura militar e patriótica: “Faremos o possível para não envergonhar os portugueses!”.

A par do que se vai passando nas restantes colónias, o capitão de cavalaria nunca pareceu ter ilusões acerca da realidade portuguesa:

Os homens são mão-de-obra a sair da Metrópole, fazem falta na lavoura, no comércio, na indústria. Aquilo em Angola ainda está para lavar e durar. Aqui os assaltos e as chatices vão aparecendo e qualquer dia começa com força. Passam a ser dois sítios e lá virá Moçambique, Guiné e nós não podemos aguentar uma luta durante anos como a França fez na Indochina e na Argélia. Isso custa dinheiro e vidas e a nossa economia não é assim tão forte (...). Nós ainda vamos passar maus bocados. As coisas não se vão resolver com a facilidade que muitos pensam. O pai vai ver.

A verdade é que, tal como a história assistiu, no célebre dia 18 de dezembro de 1961, as tropas da União Indiana (45.000 homens acrescidos de 25.000 na reserva) invadiram os três territórios portugueses onde 3.500 homens permaneciam com um armamento obsoleto e praticamente sem artilharia. Apesar dos apelos do governo português, 24 horas depois do ataque planeado, o governador Vassalo e Silva declara a rendição. Morrem 25 militares em combate e todas as outras forças são feitas prisioneiras, incluindo o nosso protagonista Joaquim Salgado.

Segue-se o cativo que para o nosso estudo corresponderá a uma nova modalidade de expressão da sua escrita. Facto por si só notável no plano das memórias privadas, já que a própria mudança de condição determina a alteração do modelo de narração,



dando-nos testemunho dos condicionamentos inerentes à perda da liberdade. Das cartas à família, filtradas pela distância e pelos seus deveres militares de reserva, passa-se ao intimismo insular do diário, no isolamento do cativo, subordinado à ameaça permanente que pende sobre o uso da palavra. A partir daí e durante os cinco meses subsequentes, o prisioneiro de guerra Joaquim Salgado dará forma a um diário que, felizmente, também sobreviveu ao passar do tempo.

3. O Diário de um prisioneiro

Após a ordem de rendição, às 14h00 do dia 19 de dezembro de 1961, é determinado que todos os militares depusessem as armas e os capacetes nas viaturas e marchassem para os estaleiros navais, onde pernoitariam. No dia seguinte, logo de manhã, sob escolta indiana, percorrem a pé o caminho até aos campos de prisioneiros com as bagagens na mão.

É assim que Joaquim Salgado, feito prisioneiro de guerra, é conduzido para um dos quatro campos destinados para o efeito – o Campo de Alparqueiros, onde redige diligentemente o seu diário, ao longo dos meses em que lá permaneceu até lhe ser permitido o regresso a Lisboa.

3.1. O quotidiano de um *POW*²¹ em Alparqueiros

Todos os dias Joaquim Salgado regista o seu quotidiano em cativo de forma sucinta e factual, devido certamente às condições em que se encontra e pela consciência de que o seu diário poderia ser apreendido pelos guardas indianos.

A composição das refeições é discriminada dia-a-dia do pequeno-almoço ao jantar. Em linhas gerais, o primeiro não varia muito, compondo-se geralmente de café ou chá com leite, pão e manteiga (normalmente de búfala). No almoço ou jantar vem a sopa de hortaliça, quase sempre bacalhau, às vezes atum ou peixe ou a carne (carneiro, peru ou apenas “o cheiro a carne”), chouriço ou toucinho guisado, grão, massa, arroz, batatas ou feijão. De vez em quando, cozido à portuguesa. Às vezes um copo vinho. Refeições bem mais próximas das europeias e melhores que os enlatados e a falta de hortaliças de que o capitão de cavalaria se queixava em Pangim. No entanto, nem sempre tem apetite, ou porque está indisposto ou porque, como regista algumas vezes, só pondo malagueta e gengibre consegue comer alguma coisa porque a carne sabe mal.

²¹ Prisoner of War.



Um outro ritual era imposto diariamente e, muitas vezes, em várias ocasiões ao longo do dia: a formatura militar. A formatura podia ser feita sem razão específica, por castigo coletivo ou simplesmente para efeito de contagem dos prisioneiros. Havia alturas em que lhes apontavam espingardas e metralhadoras. Outras vezes eram mesmo rajadas que se faziam ouvir e obrigavam à ordem imediata. A duração da formatura podia ir de alguns minutos até umas quatro horas, sem ser permitido falar ou mexer.

Todos os dias os prisioneiros ouvem as mensagens que passam na rádio no programa da Emissora Nacional – "Portugal Manda" – por norma, entre as cinco e as seis da tarde. O programa é transmitido da metrópole, nem sempre em boas condições de som e emite notas oficiosas, por vezes repetidas vários dias.

Pela voz de um militar ou, não raras vezes, por uma voz feminina que pretendia transmitir coragem (e que Joaquim chega a classificar de "lírica"), são emitidas notícias que informam ora que os militares vão acabar as comissões nas outras Províncias Ultramarinas, ora que as negociações continuam em sigilo e "é preciso aguentar". Sempre a chamada de atenção para não dar crédito a rumores – na Metrópole correra o boato que os fuzilariam a todos à chegada ou iriam todos para campo de concentração em África. Depois o desmentido que todos recebem muito bem: "toda a malta, tenha ou não acabado a comissão, vai à Metrópole (...) o transporte de Karachi – Lisboa é por conta do Ministério do Exército, daqui até Karachi é a cargo do Ministério da Marinha ou da Aeronáutica". Mas continuam a pairar informações dúbias sobre a repatriação e, na opinião de Joaquim "estes enfadós²² não têm nunca pressa (...) e quem se lixa é o mexilhão de Alparqueiros, Aguada e Pondá". A verdade é que o processo de negociação para a repatriação dos prisioneiros portugueses parece tornar-se arrastado de forma propositada, certamente com vista a tentativas de melhores negociações entre o governo português e a União Indiana.

Ouvem-se também as mensagens e notícias enviadas pela Rádio Cardenas – "A hora da Saudade", normalmente a seguir à formatura, a que Joaquim Salgado parece não dar grande importância.

Porém, a maior parte do tempo é passado em distrações. De quando em quando são distribuídos a cada prisioneiro uns tantos cigarros e uma caixa de fósforos. Jogar futebol, fazer ginástica, jogar xadrez, cartas, ler o jornal e ler livros (que podem ir buscar, pois chegam nos fornecimentos), são as principais atividades que ocupam os prisioneiros. Joaquim lê sobretudo romances policiais, mas também "Os Miseráveis" de Vitor Hugo, o romance brasileiro "Guarani" e o "Diário de Prisioneiro" de Urbano Carrasco.

²² Guardas indianos dos campos.



A correspondência com os seus, geralmente o pai ou a mulher, é também permitida, mas com restrições: “na ordem de ontem [25/2] vem que já se pode escrever cartas com muitas linhas, mas continua a ser uma só por semana”. É, no entanto, através delas que recebe notas de conforto: os parabéns da mulher pelos seus 40 anos feitos enquanto prisioneiro, a 23 de março de 1962; dias depois “três fotos dos pequenos” (um dos quais ainda não conhece); a notícia do sarampo do mais pequeno; notícias dos “velhotes”. A má disposição, as dores de cabeça, o engripar, o enjoo, a vontade de “dar o ósse”, são também frequentes no relato e marcam os piores momentos da estadia dos prisioneiros.

3.2. A hora do regresso

As notícias no “Portugal Manda” falam em três barcos preparados para inícios de maio em Karachi: Vera Cruz, Pátria e Moçambique (respetivamente a 2, 6 e 11 de maio). De Bombaim a Karachi prevê-se o avião. Entretanto preparam-se os escritos com as relações dos objetos de valor que cada um tem para levar. Joaquim regista: “dois anéis de prata que custaram 36\$00, um relógio e uma caneta permanente que custou 55\$00”. A 21 de abril o “Portugal Manda” dá a notícia de que o “Vera Cruz sai de Lisboa, trazendo Comissão de Recepção e que dá um fardamento à borla”, o que faz Joaquim Salgado comentar: “cheira a fartura de mais, isto de darem coisas à borla”. Prepara-se, por indicação do “Portugal Manda”, a ordem de embarque e a distribuição do pessoal pelos barcos. O capitão declara: “eu vou no fim”. Consta depois que o governo indiano não aceitou a ordem proposta pelo governo português: “os enfadós dizem que eles é que sabem e que mandam”. Na verdade, o “Portugal Manda” está no fim: a 30 de abril faz as despedidas e transmite que em breve as suas ordens passariam a ser dadas através das mensagens da Emissora Nacional.

Há azáfama e confusão por causa dos embarques. Joaquim Salgado regista: “só se pode levar 60 libras e cerca de 27 kg”. Primeiro os doentes, as mulheres e as crianças (estas com fardas da Mocidade Portuguesa). Há distribuição de bolachas, figos secos, rebuçados, latas de conserva que, pelos vistos já tinham vindo no “Índia” antes do Natal, “mas só agora nos foram entregues depois dos enfadós terem libertado o que lhes agradava: cigarros, bebidas, etc.”.

Nos primeiros dias de maio começam a levantar os aviões para Karachi - levam cerca de 90 pessoas cada um – há dias que levantam dois, cinco... num dos dias descobre-se “uma bomba de 500 kg por explodir perto da pista ou na pista” e não levanta nenhum. Alparqueiros inicia a 10 de maio com o levantamento. Joaquim vai-se despedindo dos



que partem à frente. Descobre-se uma bomba no edifício que alberga os Correios e a Câmara dentro dum cesto de papéis coberta com arroz: morrem duas pessoas.

Nas vésperas da partida, Joaquim Salgado tece, no seu diário, duras críticas à atuação de alguns militares portugueses a fazer serviço no Ultramar:

Há tipos decentes e patriotas, mas a maioria é de duvidar do seu portuguesismo (...). Eles esperavam ser Majores à laia do Mobutu no Congo e que os enfadós após a libertação lhes entregassem tudo e se fossem embora. Eles, corridos os portugueses, passariam para os lugares vagos e viam-se já alcandorados nos postos superiores (...). Agora pedem a toda a gente, por amor de Deus, que querem ir para o campo dos prisioneiros que também são militares portugueses.

Também confessa que lhe causa mágoa os portugueses deixarem a Índia após 450 anos sem que a língua e os hábitos portugueses, ao contrário dos ingleses, se enraizassem na cultura indiana:

Fala-se concani e nos comícios, concani ou inglês. Isto causa tristeza, em terra de Portugal falar-se línguas que os portugueses não penetram. Hábitos portugueses, pouquíssimos. Alguns portugueses aqui residentes há anos, arésaram-se e foram absorvidos, passaram a dormir em esteiras, a comer caril e falar concani.

3.3. A chegada

Excitado com a saída o capitão não consegue dormir. Com precisão, regista: 14 de maio 1962, formatura às 21h, formatura às 22.45h, formatura e embarque às 23h30. 15 de maio, 1h15 – avião, chegada às 4h20.

Um DC6 da *Union Aériennes de Transports*, francês, parte rumo a Karachi com os últimos portugueses a abandonar Goa. O autocarro leva-os até ao barco com o dia a romper. Aqui faz-se a distribuição dos camarotes e de roupas (dois pares de calças, camisas, cuecas, meias, sapatos).

O barco parte de Karachi três dias depois e ruma pela costa da Arábia, mar Vermelho, canal do Suez... Joaquim Salgado fala-nos de comida boa, muita humidade, dores nos ouvidos e uma intoxicação alimentar que leva 100 homens ao Posto de Saúde.

Nada mais escreve no diário, mas sabemos que o se passou é conhecido: o desembarque em Lisboa dos 3500 oficiais, sargentos e praças que, por não serem nem soldados vitoriosos nem mortos (como exigiam as autoridades de Lisboa), foram recebidos pela tropa no Cais de Alcântara sem qualquer enaltecimento, mas antes com armas apontadas e imediatamente conduzidos às suas unidades. Chegava ao fim o Império Português da Índia.



Conclusão

A incerteza do que irá ser amanhã parece ser a nota dominante destes registos, produzidos em discurso direto no palco dos eventos históricos, ora sob a forma da epistolografia livre ora sob a retenção em cativeiro, recorrendo às notas possíveis num diário improvisado.

A história vivida por este Capitão ao longo do ano que precede a invasão das tropas indianas nos três territórios portugueses que nos restavam na Índia e os meses que sucedem desde a rendição até ao final das negociações que marcam o silencioso desembarque em Lisboa, em maio de 1962, é também a nossa História.

As angústias vividas na pele e na consciência singulares de um desaire anunciado no dia-a-dia dos acontecimentos, não podem deixar indiferente a história ainda imberbe do nosso recente passado colonial.

Não era assim tão evidente a imagem de pacifista de Nehru nem tão grandiosa a nossa presença na Índia, como aprendíamos então nos bancos da escola, já mesmo depois daquela deixar de ser parte do Estado Português. Mas, como nos diz Paul Veyne na sua análise acerca da história sociológica das verdades, “o que é tido como verdadeiro faz-se obedecer” (Veyne, 2009: 100). E ao poder instituído não era nem é, de facto, possível escapar, ainda que possam variar as resistências.

Referências bibliográficas

Burke, P. (2005). *O que é a História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: ed. Graal.

Moço, D. R. (2012). *Prisioneiros na Índia 1961-62*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade Lisboa.

Seabra, M. de (s/d /1962). *Goa, Damão e Dio*. Lisboa: Livraria Bertrand.

Subrahmanyam, S. (1995). *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*. Lisboa: Difel.

Meireles, L. (2016, 27 de agosto). Sanjay Subrahmanyam: “O império português era um império em rede”. *Expresso*. Retirado de <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2016-08-27-Sanjay-Subrahmanyam-O-imperio-portugues-era-um-imperio-em-rede-1>

Veyne, P. (2009). *Foucault - o pensamento a pessoa*. Lisboa: Edições Texto & Grafia, Lda.

Weber, M. (1958). *The Religion of India: The Sociology of Hinduism and Buddhism*. Mishawaka, U.S.A.: The Free Press.



Ana Macedo é licenciada em História e Ciências Sociais pela Universidade do Minho e mestre em História das Populações, é doutoranda em Estudos Culturais pelas Universidades do Minho e de Aveiro. Investigadora do CECS/UM é também atualmente membro da equipa da Associação Nacional Arquivo dos Diários (Lisboa) que se dedica à recolha, catalogação e preservação de memórias autobiográficas - www.arquivodosdiarios.pt. De entre várias publicações destaca: “Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense (1787-1810) (2013); “A Sociedade Theatro Circo de Braga - os fundadores. O Theatro e a Memória -100 anos do Theatro Circo em Braga” (2016) e “Confidência, Memória e Razão: as autobiografias como fontes privilegiadas para a história da família” (2011).

✉ maceana@gmail.com